

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### MENSAGEM Nº 124, DE 2008

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Takayama

## I - RELATÓRIO

Nos termos do disposto no artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em 16 de maio de 2007.

Em seu artigo 3, o presente Acordo concede a cada uma das Partes direitos específicos, com a finalidade de autorizar a operação de serviços aéreos internacionais. Assim, as empresas aéreas designadas pelas Partes terão os seguintes direitos: i) direito de sobrevoar o território de outra Parte sem pousar; ii) direito de fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais; e iii) direito de fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas do presente Acordo para embarcar e desembarcar passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação.

O direito de sobrevôo e de fazer escalas para fins não comerciais se estende às empresas aéreas de cada Parte, mesmo que não



F99F123702

designadas na conformidade do artigo 3 supracitado.

Demais dispositivos do Acordo estabelecem a forma a qual deverá seguir a designação da empresa aérea, os casos de negação, revogação e limitação de autorização; a aplicação de leis e regulamentos relativos à entrada e saída e operação e navegação de aeronave dos respectivos territórios nacionais; reconhecimento mútuos de certificados e licenças emitidos pelas Partes; segurança de vôo; segurança da aviação, tarifas aeronáuticas, direitos alfandegários; cobrança de impostos – a qual prevê um posterior acordo especial para evitar a bitributação; salvaguardas; conversão de divisas; atividades comerciais, fornecimento de estatísticas; aprovação de horários e consultas periódicas para garantir a aplicação e o cumprimento das disposições do Acordo.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Trata-se de acordo detalhado e que, nos termos da Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a mensagem Presidencial, lança as bases para o estabelecimento da ligação aérea regular entre os dois países. O Acordo visa a fortalecer o relacionamento entre Brasil e Senegal, graças ao sistema de promoção de consultas e de cooperação aeronáutica por ele introduzido.

Ainda nos termos da Exposição de Motivos, o Acordo facilitará o transporte de carga aérea e passageiros entre os dois países e assim, reforçará as relações econômicas bilaterais, sobretudo no aspecto comercial. Ele representa mais um passo na direção do adensamento das relações entre o Brasil e o continente africano, conforme a política exterior adotada pelo atual Governo, a qual inclui a aproximação com países em desenvolvimento.

Após minuciosa análise, nada encontramos no presente documento que impeça sua aprovação pelo Congresso Nacional. Assim, votamos



pela aprovação do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em 16 de maio de 2007, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado Takayama  
Relator

2008\_3872\_Takayama



F99F123702

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2008**

Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado Takayama  
Relator



2008\_3872

